

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 33206/2023

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **Contratação de empresa especializada, para prestar serviço de realização de Exames de imagens e exames com sedação**, para atender a demanda da Central de Regulação, Controle e Avaliação e Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, especificações, exigências estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. **REQUISITANTE:** Central de Regulação, Controle e Avaliação e Hospital Municipal Raul Sertã;
- 1.3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Eletrônico via registro de preços, com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
- 1.4. **PERÍODO:** 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 1.5. **TIPO:** Menor Preço por Lote, nos termos da Lei 8666/93;

2. DO QUANTITATIVO

- 2.1. A tabela abaixo descreve detalhadamente o serviço objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	REGULAÇÃO	HMRS	TOTAL
LOTE 1 – ANGIOTOMOGRAFIA E TOMOGRAFIA DO CORAÇÃO						

1	10740	Angiotomografia computadorizada de abdômen superior	Unidade	48	129	177
2	10740	Angiotomografia computadorizada de membro inferior	Unidade	48	227	275
3	10740	Angiotomografia computadorizada de membro superior	Unidade	6	34	40
4	10740	Angiotomografia computadorizada de pelve / bacia / abdômen inferior	Unidade	48	129	177
5	10740	Angiotomografia computadorizada de tórax	Unidade	48	105	153
6	10740	Angiotomografia computadorizada do crânio	Unidade	12	25	37
7	10740	Angiotomografia computadorizada do pescoço	Unidade	24	30	54
8	10740	Angiotomografia computadorizada de aorta torácica	Unidade	6	24	30
9	10740	Angiotomografia computadorizada de aorta abdominal	Unidade	24	24	48
10	10740	Tomografia computadorizada de coração/cardíaca	Unidade	6	12	18
LOTE 2 – BERA COM SEDAÇÃO						
11	7595	Bera com sedação	Unidade	24	0	24
LOTE 3 – ELETROENCEFALOGRAMA COM SEDAÇÃO						
12	6912	Eletroencefalograma (com sedação)	Unidade	6	0	6

2.2. O quantitativo arrolado acima foi baseado na requisição de compras da Unidade Requisitante que será contemplada com o objeto do presente feito.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a Contratação de empresa especializada, para prestar serviço de realização de Exames de imagens com sedação para atender as necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

3.2. A presente aquisição faz-se necessária considerando que no processo sob nº 12192/2023, Pregão Eletrônico nº 198/2023, o lote 01 fora Revogado e lotes 02 e 03 deu-se Deserto, conforme cópia da Adjudicação e Homologação acostado às fls. 30.

3.3. O serviço em apreço justifica-se por sua essencialidade, haja vista a necessidade de se alcançar um diagnóstico célere para a conclusão e/ou encaminhamento do paciente para

tratamento e/ou reabilitação, visando garantir o direito ao paciente dando acesso aos serviços de saúde.

3.4. A Central de Regulação, Controle e Avaliação informou que os procedimentos informados no Item 2.1 do presente Termo de Referência são procedimentos que o Município de Nova Friburgo não realiza na rede SUS de saúde, e que os mesmos não apresentam código de referência na Tabela SUS-SIGTAP, porém há demanda e não há pactuação para encaminhar os pacientes que necessitam realizar tais exames, diante disso os pacientes não estão tendo acesso a esses serviços de manutenção a vida.

3.5. A Central de Regulação, Controle e Avaliação informou que os exames relacionados à ANGIOTOMOGRAFIA são para atender aos pacientes da rede hospitalar e os exames de BERA COM SEDAÇÃO são muito solicitados para as crianças com problemas no aparelho auditivo, todos os mencionados procedimentos há anos não estão sendo realizados na rede SUS de saúde de Nova Friburgo. Os exames de ELETROENCEFALOGRAMA COM SEDAÇÃO foi incluído, devido o surgimento de pacientes necessitando de tal exame sendo o mesmo inserido no sistema de Regulação, tendo até o momento 4 pacientes em fila.

3.6. O Hospital Municipal Raul Sertão informa às fls.05/06 que para fins de cálculo do quantitativo solicitado o mesmo foi baseado no quantitativo de solicitações de pacientes referente a cada tipo de exame, uma vez que tais exames estão sendo solicitados pela primeira vez. A Unidade Requisitante informa ainda que os procedimentos são para atender os pacientes internados no HMRS.

3.7. Há que ressaltar que todos os procedimentos constantes no presente Termo de Referência são essenciais para a análise dos trajetos, calibres, contornos e opacificação/perviedade dos segmentos arteriais e venoso de diversas regiões do corpo, sendo possível visualizar e identificar a anatomia e uma variedade de condições clínicas, resultando com o fechamento de um diagnóstico seguro aos usuários do Sistema Único de Saúde, e que a presente contratação é extremamente necessária para a manutenção da oferta destes procedimentos, uma vez que o município de Nova Friburgo não possui estrutura para oferecer os serviços, ora contratados.

3.8. Ademais a opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.

3.9. Tal contratação atenderá a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas



de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

4.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.3. Poderão participar do processo de contratação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado.

4.4. As comprovações das exigências de habilitação definidas nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 e alterações deverão ser acrescidas das seguintes exigências: alvará sanitário vigente compatível com as atividades que serão prestadas, existência de médico Responsável Técnico registrado no CRM portador de título de especialista em radiologia, demonstrada por certidões de responsabilidade técnica junto à Vigilância Sanitária e aos Conselhos de Classe aplicáveis, inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde–CNES, demonstrando compatibilidade com o objeto desta contratação.

4.5. Será permitida a participação somente dos estabelecimentos de saúde que efetivamente se encontrem em atividade e com capacidade técnica para prestar os serviços.

4.6. Os serviços definidos neste Termo de Referência serão realizados nas dependências da CONTRATADA.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento realizado aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, dos demais pacientes atendidos pela contratada.

5.2. A contratada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para execução



do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo.

- 5.3. Caberá a CONTRATADA a contratação de recursos humanos próprios (profissionais médicos e de enfermagem) conforme o nível de complexidade e critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para a execução dos procedimentos, inclusive para desinfecção/esterilização dos materiais, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto por falta de recursos humanos.
- 5.4. A execução dos atendimentos deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.
- 5.5. A contratada manter –se – a, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições exigidas nesse instrumento.
- 5.6. Não poderá haver por parte da contratada qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias técnicas que poderão ser realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.7. A produção dos serviços prestados pela contratada deverá ser registrada e apresentada, até o 5º dia útil, mensalmente para a conferência pelo setor responsável.
- 5.8. Para fins da conferência a contratada deverá apresentar as solicitações médicas devidamente autorizadas pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde bem como apresentar em anexo cópia do laudo do procedimento realizado devidamente assinado.
- 5.9. A Contratada deverá encaminhar as requisições, laudos e relatórios mensais (em meio digital e papel), contendo nome do paciente, senha de autorização, número do documento de identificação, data da realização dos exames e assinatura do paciente ou responsável.
- 5.10. As Unidades Requisitantes realizarão o acompanhamento da produção, bem como dos valores relativos aos procedimentos a serem faturados.
- 5.11. A eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeito à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal.
- 5.12. A contratada deverá apresentar a relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número da inscrição nos respectivos conselhos profissionais, quando solicitado.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Período de 12 (doze) meses, atendendo ao quantitativo definido conforme o item 2 deste Termo de Referência.
- 6.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do instrumento contratual.

- 6.3. A prestação do Serviço deverá ser realizada, nos seguintes moldes:

6.3.1. LOTE 1 os exames deverão ser realizados dentro do Município Contratante, devido ao quadro clínico dos pacientes, muitos deles impossibilitados de serem removidos por grandes distâncias para a realização dos exames.

6.3.2. LOTES 2 e 3, os exames deverão preferencialmente serem prestados dentro do Município Contratante, caso não haja prestador dentro do Município, os mesmos poderão ser prestados em outro Município dentro de um raio de até 150 km.

- 6.4. A Contratada deverá ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.
- 6.5. Os atendimentos aos exames, a nível ambulatorial, serão autorizados pela Central de Regulação, Controle e Avaliação e agendadas pela Contratada.
- 6.6. Nos casos de pacientes internados, a solicitante deverá responsabilizar-se pelo contato junto à Contratada, informando as condições físicas e clínicas do paciente.
- 6.7. Após a realização do exame, a Contratada deverá emitir e entregar o laudo do exame ao paciente ou acompanhante no prazo de 05 a 15 dias úteis.
- 6.8. Os laudos deverão ser assinados por Responsável Técnico competente para tal, e devidamente reconhecido pelo CRM ou CFM. Os laudos deverão ser detalhados e com o descritivo que o serviço é custeado pelo Município de Nova Friburgo.
- 6.9. A Contratada deverá dispor de sistema para envio dos laudos em meio físico e eletrônico.
- 6.10. Exames com patologias deverão possuir quantificação e mensuração. Os laudos que não forem satisfatórios ao profissional solicitante deverão ser repetidos pela Contratada, sem custos ao Município.



- 6.11. A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 6.13. A Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de realização do exame, para enviar o banco de dados de produção à Central de Regulação, Controle e Avaliação.
- 6.14. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo arquivamento das informações relativas à realização dos serviços contratados (requisições e laudos) em seu estabelecimento, assim como a aquisição e fornecimento de todos os insumos necessários.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. A despesa decorrente deste objeto correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho e Elemento de Despesa arrolada abaixo:

7.1.1. Fonte de Recurso: **1600;**

7.1.2. Elemento de Despesa: **33.90.39.59;**

7.1.3. Programas de Trabalho:

30001.10.302.0087.2.214

30001.10.302.0085.2.202

- 7.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Nova Friburgo – CNPJ 11.399.442/0001-79**
Endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

8. DA CONTA VINCULADA

- 8.1. Os serviços descritos no presente instrumento não serão referenciados à conta vinculada visto que são de natureza contínua SEM dedicação exclusiva de mão de obra.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento da despesa será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10.4. A empresa deverá encaminhar mensalmente, anexado à Nota Fiscal de Serviço ou fatura, o relatório de todos os serviços prestados, devidamente especificados e comprovados.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os servidores abaixo indicados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO		
RÔMULO DEBOSSAN CORREA	062.679	SUPERIOR IMEDIATO
TATHYANA MARQUI DA SILVA GOMES DOS SANTOS	299.471	FISCAL TITULAR
JULIANA DE AZEVEDO SIQUEIRA	062.347	FISCAL SUBSTITUTA
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ		
ANTÔNIO CARLOS SANT'ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
ARIANA ALVES TEIXEIRA	111.530	FISCAL TITULAR
LEONTINA DA GLÓRIA LIMA RAMOS	207.687	FISCAL SUBSTITUTA
GESTORAS		
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	063.343	GESTORA SUBSTITUTA
DIANA ROQUE ECARD	063.230	GESTORA TITULAR

11.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabem à CONTRATADA, além das obrigações constantes das Condições da Prestação de Serviços e daquelas estabelecidas em lei, sobre licitações:

12.1.1. Executar o serviço objeto deste contrato em estrito acordo com as disposições do Termo de Referência e discriminação da proposta;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao órgão ou entidade contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.1.3. Não realizar associação com outrem, bem como cessão ou transferência total ou parcial do Contrato firmado com a Contratante, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

12.1.4. Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;

12.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

12.1.6. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com os usuários, bem como com os servidores da CONTRATANTE;

12.1.7. Executar os serviços obedecendo rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência;

12.1.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.9. Substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados;

12.1.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.1.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual- EPI, quando for o caso;

12.1.12. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

12.1.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.1.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.16. Não paralisar a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, sem aviso prévio de 15 (quinze) dias à Contratante.

13. DA FORMA DE EXECUÇÃO

13.1. A execução do objeto será direta, por Menor Preço por Lote, nos termos da Lei 8.666/93.

14. A CONTRATADA FICARÁ SUJEITA AS SEGUINTE CONDICOES

14.1. Executar os serviços de acordo com este Termo de Referência, devendo os exames contidos no LOTE 1 serem prestados dentro do Município de Nova Friburgo, e aqueles contidos nos LOTES 2 e 3, deverão preferencialmente serem prestados dentro do Município Contratante, caso não haja prestador dentro do Município, os mesmos poderão ser prestados em outro Município dentro de um raio de até 150 km.

14.2. Reserva-se o CONTRATANTE o direito de controlar periodicamente a qualidade dos serviços, com objetivo de verificar se os serviços estão dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.3. A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

14.4. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

15. DAS OBRIGACOES DA CONTRATANTE

15.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

15.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

15.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

15.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços contratados;

15.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

15.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

15.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

15.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital;

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.2. Comete infração administrativa:

16.2.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.2.2. Apresentar documentação falsa;

16.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.2.5. Não manter a proposta;

16.2.6. Cometer fraude fiscal;

16.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4 Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.4.1 Advertência;

16.4.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

16.4.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.6 As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.7 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem Justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.2.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Termo de Referência elaborado por:

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 063.343

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137